

O tiro no coração

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

- Perceber que mesmo não estando mais no controle do Estado, Getúlio Vargas continuou exercendo um papel central na vida política nacional.
- Compreender as mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas no Brasil entre o fim do Estado Novo e o suicídio de Vargas.

DESAFIO DA UNIDADE

- Produza um texto analítico sobre o embate ocorrido no Brasil entre 1945 e 1954 a respeito do nacionalismo econômico e da entrada de capitais estrangeiros no país.

ROTEIRO DE ESTUDO

- **Seção 1:** Introdução
- **Seção 2:** O fim do Estado Novo
- **Seção 3:** E agora, José?
- **Seção 4:** O retrato do velho
- **Seção 5:** Agosto

UNIDADE IV

Para início de conversa

Nesta unidade, será abordado o período 1945 – 1954 em que ocorreram mudanças estruturais significativas no Brasil, as quais foram decisivas para a morte de Getúlio Vargas e prenunciaram a aproximação dos militares do poder.

SEÇÃO 1

Introdução

Na manhã de 24 de agosto de 1954 os brasileiros acordaram com a notícia da morte de Getúlio Vargas e com a leitura de sua carta-testamento em todas as emissoras de rádio do país:

Mais uma vez, a forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.

Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre.

Não querem que o povo seja independente. Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruí os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão.

E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

Esse documento histórico é considerado por muitos historiadores e cientistas políticos como um dos mais fortes e importantes documentos da história política recente do Brasil, uma vez que, além de corresponder às últimas palavras deixadas por uma figura central da história republicana brasileira, sintetiza todas as questões centrais existentes no país daquele período.

Como consequência imediata, a morte traumática de Getúlio Vargas produziu uma imensa comoção nacional e marcou o fim de um importante período da vida política nacional, no qual o líder gaúcho que chegou ao poder pela via revolucionária em 1930 acabou se tornando a peça chave para as mudanças estruturais pelas quais o Brasil havia passado nos meados do século.

Mais do que a morte pessoal de Getúlio, rapidamente as pessoas se deram conta de que o país teria que se reinventar no que diz respeito às relações entre Estado e sociedade; de que o Brasil, após mais de duas décadas, teria de buscar novas lideranças nacionais; e de que, principalmente, o suicídio de Vargas tinha impedido um golpe militar que estava prestes a ocorrer. É certo que os militares chegariam ao poder (pela via do golpe) em 1964, mas a morte de Vargas retardou esse acontecimento por uma década.

Entre o final do Estado Novo, em 1945, e o episódio do tiro no coração, em 1954, o Brasil viveu uma fase de desenvolvimento econômico e de mudanças no modelo político e partidário. Nesse período, o país experimentou ares democratizantes, com liberdade de imprensa, pluripartidarismo, eleições regulares e avanços nos movimentos sociais e culturais.

Ao mesmo tempo, a economia brasileira, nacionalizada e estatizada por Vargas, abriu-se para os capitais e interesses internacionais, fato este que, ao longo desse período, levaria ao embate entre os nacionalistas e os chamados "entreguistas".

Apesar de continuar a exercer enorme influência na política brasileira, o Getúlio desse período em nada lembrava o gestor autoritário e centralizador do Estado Novo. Afinal, como você já deve saber, os tempos eram outros, o mundo vivia uma fase de crítica aos regimes e aos líderes autoritários e era preciso se adequar a esses novos tempos.

Ao voltar ao poder, pela via eleitoral, em 1951, Vargas encarnou a figura do líder paternal, preocupado, ao mesmo tempo, com as necessidades do povo e com a manutenção dos direitos democráticos.

A ascensão de um movimento sindical forte e autônomo, o avanço das lutas sociais, a ampliação da livre expressão e da liberdade de imprensa, o fim dos mecanismos de controle político e social existentes no Estado Novo, a entrada de capitais estrangeiros e de seus representantes no Brasil, o fortalecimento de novos grupos sociais simpáticos aos interesses do capital internacional tornaram aquele período bastante turbulento.

O fim do Estado Novo

Na manhã do dia 09 de maio de 1945 o locutor da Rádio do Reich leu o seguinte comunicado aos seus ouvintes:

Nós, abaixo-assinados, que negociamos em nome do Alto Comando alemão, declaramos a capitulação incondicional, diante do Alto Comando do Exército Vermelho e ao mesmo tempo diante do Alto Comando das forças expedicionárias aliadas, de todas as nossas Forças Armadas, na terra, na água e no ar, assim como todas as demais que no momento estão sob ordens alemãs. Assinado em 8 de maio de 1945 em Berlim. Em nome do Alto Comando alemão: Keitel Friedbur Stumpf.

Você tem noção do que significou para o mundo a leitura dessas breves palavras? Cerca de seis anos antes desse comunicado, a Alemanha, sob o domínio de Adolph Hitler, havia invadido o território polonês e lançado o mundo num dos mais sangrentos e desgastantes conflitos da contemporaneidade: a Segunda Guerra Mundial.

Além de provocar a destruição de diversos países europeus, jogar a capacidade produtiva do Velho Continente praticamente a zero e levar milhões de pessoas – militares e civis – à morte, essa Guerra acabou produzindo as bases para uma nova configuração político-ideológica mundial no século XX.

É bem possível que você já tenha ouvido falar em Guerra-Fria, bipolarização, mccartismo, áreas de influência e em guerras periféricas. A partir do final da Segunda Guerra, esses termos passaram a dominar as discussões ao redor do planeta e a colocar pessoas e países em lados radicalmente opostos de acordo com a situação geográfica, afinidade ideológica ou necessidade de sobrevivência. Tal configuração manteve-se até, pelo menos, a simbólica queda do Muro de Berlim – um artifício que emergiu justamente como resultado dessa realidade – em 1991.

Mas o final da Segunda Guerra Mundial também trouxe consigo coisas boas: a alegria pelo fim das mortes e da violência, a crença em um futuro próspero e no qual a humanidade pudesse resolver seus problemas pela via do diálogo e não da guerra, a esperança de que o nazismo e o fascismo, e os horrores produzidos por eles, fossem definitivamente sepultados em todo o mundo.

Quando terminou a Segunda Guerra, o mundo estava em estado de choque por conta da violência desmedida, pela descoberta dos massacres cometidos contra os judeus nos campos de concentração nazistas, pela publicização das experiências pseudocientíficas feitas pelos médicos nazistas utilizando seres humanos, pela intolerância étnica, sexual e cultural apregoada por Hitler e por seus seguidores.

O fim da Guerra funcionou como um momento de consenso mundial: era necessário combater modelos políticos que, em maior ou menor grau, lembrassem as características elementares do nazifascismo como o Estado forte e centralizador, a figura do grande líder, o controle das massas, o controle da informação e a censura, a ausência de partidos políticos e de processos eleitorais.

No caso do Brasil, o Estado Novo, implantado por Vargas em fins de 1937, era visto por muitos como uma espécie de sucedâneo latino-americano do nazifascismo. O lado "bondoso" e paternal de Getúlio encobria a face mais dura e sombria do regime.

A ausência de direitos, as prisões, torturas e o desaparecimento de presos políticos chamava a atenção de determinados segmentos da sociedade que não concordavam com os métodos utilizados pelo presidente e por seus assessores.

O Estado Novo aproxima-se bastante do modelo de Estado autoritário descrito por Juan Linz, em seu ensaio *An Authoritarian Regime*. 'Os regimes autoritários são sistemas políticos caracterizados pelo pluralismo político limitado e não responsável, pela ausência de uma ideologia elaborada e condutora, e a presença de uma mentalidade característica, pela ausência de mobilização política intensa (exceto em alguns pontos de seu desenvolvimento) nos quais um líder (ou ocasionalmente um pequeno grupo) exerce o poder dentro de limites formalmente mal definidos, mas na realidade bastante possíveis. Quase todos os traços distintos do modelo encontram-se no Estado Novo. Quero salientar dois deles: a ausência de mobilização política e de uma ideologia elaborada...

A necessidade da instalação de um regime autoritário decorria, para seus defensores, da situação política existente entre 1930-1937. Este período caracterizou-se por uma luta política relativamente organizada para as condições do país e pela intensificação da mobilização popular que desembocou em uma revolução abortada. A resposta para esta 'situação de anomia' foi encontrada na supressão pelo Estado da mobilização popular e da contenda política aberta...

O Estado Novo caracterizou-se também pela difusão de uma 'mentalidade', sem elaborar uma ideologia totalitária consistente. Esta 'mentalidade' pode ser descrita como um conjunto de princípios sem conteúdo muito definido que foram sustentados pelo regime e penetraram na sociedade: centralização, integração nacional, hierarquia, visão antipolítica, nacionalismo difuso. Mesmo os intelectuais defensores do Estado Novo (Francisco Campos, Azevedo Amaral etc.) desenvolveram sua argumentação em torno destes valores e de considerações de ordem prática, sem criar um verdadeiro sistema de pensamento totalitário. Amaral negou o caráter fascista do regime e tratou de distinguir entre totalitarismo e autoritarismo.

FAUSTO, B. Pequenos Ensaio de História da República (1889-1945). IN: Cadernos Cebrap N° 10. São Paulo: Edições Cebrap, 1974, pp. 51-53.

Nem mesmo o fato de o Brasil ter, por interesses econômicos, entrado na Guerra (1942) ao lado dos Aliados e contra o Eixo nazifascista, conseguiu apagar a proximidade ideológica entre o modelo brasileiro e os regimes liderados por Hitler e Mussolini.

Apesar da forte censura e da dura repressão às manifestações compreendidas como antipatrióticas, desde 1942, ainda na vigência do Estado Novo algumas manifestações começaram a ecoar no Brasil em favor daquilo que nos dias de hoje chamaríamos de "normalidade política". Nesse ano alguns dos principais nomes da intelectualidade brasileira do período, como Sérgio Buarque de Holanda, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Érico Veríssimo, Oswald de Andrade, Sérgio Miliet, Jorge Amado, Mario de

Andrade, entre outros, fundaram a Associação Brasileira dos Escritores, organização que tinha como objetivo discutir a falta de liberdade de expressão no país.

No ano seguinte, em 1943, foi a vez do Manifesto dos Mineiros, divulgado e assinado por 92 personalidades (políticos, jornalistas, escritores, advogados etc.) entre as quais figuravam: Afonso Arinos de Melo Franco, Afonso Pena Jr., Virgílio de Melo Franco, Pedro Aleixo, Milton Campos, Arthur Bernardes, Adolfo Bergamini, Daniel de Carvalho, Bilac Pinto, Mário Brant, entre outros.

As manifestações estudantis de apoio aos Aliados, realizadas durante o ano de 1942, transformaram-se em atos pela democracia e representaram uma primeira transgressão à ordem ditatorial. Em agosto de 1943, representantes de Minas Gerais no congresso Jurídico Nacional manifestaram-se a favor da redemocratização. Em seguida, membros da elite mineira realizaram sucessivas reuniões no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, decidindo divulgar um manifesto público que explicasse suas aspirações democráticas. Surgiu assim o Manifesto dos Mineiros, a princípio intitulado Manifesto do Povo Mineiro. Num primeiro momento foram tirados 50 mil exemplares do documento, impressos clandestinamente em uma gráfica de Barbacena e distribuídos de mão em mão ou jogados por baixo das portas das residências, em virtude da censura à imprensa ainda vigente. Sua importância decorreu do fato de ter sido a primeira manifestação aberta contra a ditadura, assinada por indivíduos pertencentes a famílias de grande tradição social e política em Minas Gerais.

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/ManifestoDosMineiros>

Como os signatários do Manifesto eram pessoas públicas, não há registro de que tenham sido presos ou, muito menos, sofrido violências físicas. No entanto, logo nos meses seguintes vários deles perderam seus empregos nas empresas privadas em que trabalhavam, ou os cargos públicos que ocupavam.

Apesar dos riscos, a ousadia dos autores do Manifesto frutificou. A ideia da necessidade de se discutir uma ampla reforma no modelo político vigente no Brasil ganhou força e abriu caminho para outras manifestações similares como a Carta aos Brasileiros, um documento divulgado por Armando de Sales Oliveira, político de expressão no Brasil dos anos 30-40 do século passado, então autoexilado na Argentina.

Com o enfraquecimento da Alemanha e com o eminente final da Guerra, as manifestações de setores importantes da nossa sociedade se intensificaram e ganharam o apoio de outros grupos de peso. No interior das Forças Armadas começou a ascender a ideia de que era hora de romper com Vargas e, quem sabe, pleitear para si o controle político nacional, retomando o velho discurso salvacionista que foi muito forte entre os militares brasileiros na década de 1920. Grupos políticos de diversas tendências começaram a se agitar e a falar em mudanças, em especial na volta dos partidos, das eleições e dos poderes legislativos.

Em janeiro de 1945 os intelectuais da Associação Brasileira de Escritores promoveram o que foi, então, o maior enfrentamento ao Estado Novo: o I Congresso Brasileiro de Escritores. Realizado no Teatro Municipal de São Paulo, esse encontro reuniu centenas de figuras conhecidas no universo cultural brasileiro e produziu um

pesado Manifesto contra as restrições e arbitrariedades promovidas pelo regime varguista. Assinado por todos os presentes, o documento exigia incondicionalmente a volta das liberdades democráticas, a garantia da livre manifestação de ideias e a instalação de um governo democraticamente eleito pelo voto direto e universal.

É certo que Getúlio não atendeu às solicitações desses escritores, mas também é certo que o fato de eles terem conseguido promover tal evento e de divulgarem um Manifesto tão veemente contra o Estado Novo simbolizava que o fim da Era Vargas se aproximava.

A imprensa, mesmo sob as ameaças do Departamento de Imprensa e Propaganda, publicou o Manifesto e lentamente passou a divulgar notas questionando a censura e o controle de informação. Em fevereiro de 1945, o *Correio da Manhã*, um dos mais importantes jornais brasileiros do período, publicou uma entrevista com José Américo de Almeida, político paraibano nacionalmente conhecido, que afirmou: "É preciso que alguém fale, e fale alto, e diga tudo, custe o que custar." No dia seguinte, outro jornal carioca, *O Globo*, foi para as bancas defendendo a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes para concorrer à presidência da República mesmo sem qualquer indicativo de eleições naquele momento.

Percebendo que a conjuntura internacional que se formara nos meses que antecederam ao final da Segunda Guerra era bastante contrária aos regimes autoritários e sentindo que os movimentos nacionais começavam a cobrar o fim do Estado Novo, Getúlio Vargas decidiu que era hora de mudar para tentar se manter no poder ou, ao menos, próximo dele.

Em fevereiro de 1945 Vargas autoriza a criação de partidos políticos no Brasil e no final daquele mês decreta o Ato Institucional N° 9, pelo qual ficava estabelecido que em um prazo de 90 dias ocorreriam eleições gerais no Brasil. Pelo voto direto, a nação voltaria a escolher o presidente da República, os governadores de estado, os prefeitos e os representantes do legislativo nos seus diferentes níveis.

Ao mesmo tempo, Vargas aproximou-se do movimento trabalhista, dos sindicatos e – estrategicamente – do Partido Comunista Brasileiro (que voltou à legalidade depois de 23 anos de clandestinidade). Essa aproximação provocou o nascimento de um movimento entre diversos segmentos de trabalhadores em todo país – o "queremismo" – que pedia a manutenção de Getúlio Vargas no poder. Essa foi a gota d'água para que o Exército brasileiro entrasse em cena e pressionasse Vargas a renunciar. O historiador José Murilo de Carvalho explica assim essa delicada situação:

O que afastou Vargas dos militares foi exatamente esse novo ator político que ele estava construindo ao final do Estado Novo, o movimento trabalhista. Os militares tinham desenvolvido, desde 1935, um fortíssimo viés anticomunista, alimentado inclusive por falsificações de episódios históricos referentes às revoltas desse ano. O anticomunismo passou a ser marca registrada dos militares. A adesão dos comunistas a Vargas, ao final do Estado Novo, fez com que o trabalhismo, criado por Vargas, fosse visto pelos militares como um movimento no mínimo filocomunista. O casamento entre Vargas e os militares entrou em crise que culminou em divórcio em 1945. Os militares que depuseram Vargas em 1945, Góis Monteiro e Gaspar Dutra, foram exatamente os mesmos que o puseram no poder em 1937 e que o sustentaram durante o Estado Novo.³³

Era o dia 29 de outubro de 1945, faltavam cinco dias para que se completassem exatos 15 anos da chegada de Vargas ao poder!

³³ CARVALHO, J. M. de. Vargas e os militares. IN: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, p. 343.

SEÇÃO 3

E agora, José?

Você gosta de poesia? Já leu alguma coisa escrita por Carlos Drummond de Andrade? Está bem! Sei que esta é uma disciplina do curso de história, mas, afinal, o que seria de nós sem o diálogo com as outras ciências, as outras formas de saber, as manifestações culturais, a literatura, não é mesmo? Ninguém mais dá conta de seus objetos, de suas problematizações e de seu campo específico de saber sem dialogar com interlocutores das chamadas áreas afins. Estamos falando tudo isso para podermos utilizar um pouco de poesia e refletirmos um pouco sobre a nossa história. Que tal ler a primeira parte do poema "E agora, José", escrito pelo mineiro Carlos Drummond de Andrade? Vamos lá!

E agora, José?
A festa acabou,
a luz apagou,
o povo sumiu,
a noite esfriou,
e agora, José?
e agora, você?
você que é sem nome,
que zomba dos outros,
você que faz versos,
que ama, protesta?
e agora, José?

E então, leu? Pensou a respeito das palavras escritas pelo poeta? O que será que ele quer dizer com esse poema? Está bem! A interpretação de um texto é sempre subjetiva, mas existem elementos que nos dão condição de analisar e aproximar nossas interpretações. Por exemplo, podemos dizer que a pergunta "E agora, José?" nos remete a uma situação em que se pergunta ao "José" o que ele fará da vida a partir de algumas mudanças e acontecimentos novos, situação que todos enfrentamos cada vez que somos pegos de surpresa por uma notícia, por algo inesperado ou imprevisto, seja para o bem ou para o mal!

Talvez essa pergunta, o "E agora, José?", do Drummond, fosse bastante apropriada para se fazer a todos os brasileiros que, após viverem 15 anos sob a batuta de Vargas, e com toda a construção imaginária do grande pai e protetor que existia ao redor do líder gaúcho, se depararam com um novo contexto. Vargas deixara a presidência e agora era preciso reconstruir o Estado, as relações políticas e a própria sociedade brasileira.

Aquele foi um momento de mudanças rápidas e profundas: a Segunda Guerra terminara em meados de 1945; partidos políticos emergiram quase que por decreto de Vargas; a economia brasileira (após passar anos fechada para o capital estrangeiro) rapidamente passou a receber grande volume de dinheiro, vindo, sobretudo, dos Estados Unidos; Getúlio, após governar por mais de uma década, deixou o poder; e, finalmente, a população que já estava desacostumada das urnas voltaria a conviver

com campanhas eleitorais e com a escolha do presidente da República pelo voto direto (1946), coisa que não se fazia no país desde 1930.

Nesse cenário emergiu a figura do General Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro e aliado de Getúlio Vargas, o qual, mesmo sem ser conhecido das massas, acabou sendo eleito presidente com uma expressiva votação. Você sabe como explicar esse fenômeno? Simples: o principal cabo eleitoral de Dutra foi, ninguém mais, ninguém menos, que Getúlio Vargas. Ou seja, a popularidade de Getúlio foi o grande cabo eleitoral de Dutra. O varguismo se reinventava e criava a perspectiva da volta do "pai dos pobres" ao poder, conforme destaca Noé Freire Sandes:

Em 1945, a deposição de Vargas parecia indicar o fim da experiência autoritária fundada no culto à pessoa do presidente. Entretanto, as urnas da eleição de 2 de dezembro guardavam surpresas: Getúlio Vargas se elegeu senador pelos estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo, e o general Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro de Vargas, derrotou o brigadeiro Eduardo Gomes - homem-símbolo da luta contra o regime fascista - e tornou-se presidente da República. O desenlace das eleições indicava que o passado varguista ganhara consistência diversa: o pretenso ditador havia descolado sua imagem da experiência da ditadura.

Há, sem dúvida, distintas representações do passado ao longo dos 15 anos em que Getúlio Vargas ocupou a presidência da República. Nessa constatação, interessa-me a lenta negociação entre passado e presente que resultou na formulação de uma cultura histórica.³⁴

Dutra ano a ano

1946 É convocada a Assembléia Nacional Constituinte para elaborar uma nova Carta Magna para o Brasil e, nesse mesmo ano, é promulgada a nova Constituição que regeria o país até o golpe de 1964.

Os cassinos são fechados em todo país.

É criado o Serviço Social da Indústria – SESI – e a Fundação Getúlio Vargas.

O direito de greve, garantido por lei, é suprimido por Dutra.

1947 É criado o Plano SALTE.

É suprimido o registro do Partido Comunista do Brasil.

O Brasil rompe relações diplomáticas com a União Soviética.

É fundado o Instituto Tecnológico da Aeronáutica e o Museu de Arte Moderna de São Paulo.

³⁴ SANDERS, N. F. O Passado Como Negócio: O tempo Revolucionário (1930). Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862009000100007&script=sci_arttext>. Acesso em 07 out. 2010.

1948 É fundada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Dutra propõe uma reforma agrária controlada pelo Estado. A proposta é rejeitada pelo Congresso Nacional.

É instituída a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos com objetivo de auxiliar o Brasil a superar o subdesenvolvimento.

1949 Entra em funcionamento a Escola Superior de Guerra. Comandada por Juarez Távora, a ESG é organizada segundo o modelo básico implantado pelos Estados Unidos em toda a América Latina.

É fundado, no Rio de Janeiro, o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, tendo como seu principal expoente o cientista César Lattes.

Dutra decreta a intervenção em 234 sindicatos espalhados por todo país. Acusação: subversão!

1950 É descoberto o tráfico e a venda de trabalhadores nordestinos para fazendeiros do Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Goiás.

A política econômica adotada por Dutra durante o seu governo, e que levará ao início de uma grave crise econômica que se estenderá pelos governos seguintes, dá sinais claros de sua fragilidade.

É divulgado o resultado do Censo Geral de 1950: o Brasil contava então com 51 milhões de habitantes.

Fonte: Aos Trancos e Barrancos. Darcy Ribeiro.

Os quatro anos do mandato de Dutra funcionaram como uma espécie de intervalo para a volta de Vargas à presidência da República. Nesse período, o senador Getúlio Vargas atuou no Congresso Nacional, sendo constituinte em 1946, estreitando ainda mais sua relação com os sindicatos trabalhistas e, sobretudo, apagando da memória coletiva brasileira a imagem do presidente autoritário e simpatizante do ideário fascista. Assim, nasceu o Vargas defensor da democracia e amante da liberdade política.

Em 1950, quando começaram as primeiras movimentações para a sucessão de Eurico Gaspar Dutra na presidência, logo veio à tona o nome do preferido das massas para ocupar a presidência: Getúlio Vargas.

SEÇÃO 4

O retrato do velhinho

Nos dias atuais, quando um candidato se lança numa disputa política é bastante comum que ele seja acompanhado por símbolos, números, cores e músicas que o identificam durante todo o percurso da campanha e da eleição. O *jingle*, canção publicitária com refrões simples e diretos, tornou-se uma extensão natural da imagem de qualquer candidato e geralmente se populariza de forma rápida, auxiliando na fixação do nome dos postulantes aos cargos públicos junto ao eleitorado.

Mas se você pensa que o *jingle* é um elemento antigo na política brasileira, saiba que está redondamente enganado! Na verdade, as grandes campanhas, os comícios, as manifestações populares de massas, assim como os *jingles*, são bastante recentes na vida política brasileira. Apenas a partir da metade do século passado é que tais elementos passaram a integrar as campanhas políticas em nosso país. De lá para cá, são muitas as marcas que tomaram conta do imaginário coletivo nacional: a vassoura do Jânio, a bandeira vermelha com a estrela do Partido dos Trabalhadores e a "musiquinha do Lula lá", o adesivo com a frase "Brasil: ame-o ou deixe-o" da ditadura militar, o tucano do PSDB e, por fim, quem nunca cantarolou o refrão: "Ey Ey Ey mael, um democrata cristão"? Mesmo com a reduzidíssima densidade eleitoral desse candidato, seu *jingle* é mais conhecido que as suas propostas.

O primeiro *jingle* que emplacou nas paradas de sucesso da vida política brasileira nasceu na campanha presidencial de 1951 e pedia a volta de Getúlio Vargas ao poder. Aposto que você já ouviu este refrão:

Bota o retrato do velho outra vez
 Bota no mesmo lugar
 O sorriso do velhinho,
 Faz a gente se animar!
 Eu já botei o meu
 E tu não vais botar?
 Já enfeitei o meu
 E tu vais enfeitar?
 O sorriso do velhinho
 Faz a gente trabalhar!³⁵

Entre o final da década de 1940 e o início da década de 1950, a população brasileira acelerou o processo de saída do campo em direção às cidades, a televisão (mesmo que timidamente) chegara ao país, as emissoras de rádio cobriam toda a extensão do território nacional, os jornais e revistas multiplicavam-se e a indústria fonográfica já estava consolidada. Nesse contexto ainda não se falava em "marketing político", mas já era evidente a perspectiva do investimento na figura pessoal dos candidatos, em suas qualidades, propostas e preocupações. Assim, investir na popularização da imagem por meio de registros fotográficos, da publicidade paga na mídia impressa e dos *jingles*, passou a ser algo necessário para que os candidatos ganhassem espaço junto ao eleitorado crescente.

³⁵ Retrato do Velho, de Haroldo Lobo e Marino Pinto.

País com pouca tradição de disputa eleitoral, o fato de o Brasil passar, nos meados do século passado, por um raro momento de liberdades democráticas (apesar do fechamento do Partido Comunista Brasileiro e da perseguição aos seus líderes e militantes), com eleições, pluripartidarismo, ausência de censura formal e disputa efetiva para os cargos públicos, serviu para estimular o que nos dias de hoje conhecemos como modelos de campanhas políticas.

No final do governo Dutra iniciaram-se as discussões sobre a sucessão presidencial. O Brasil havia aberto sua economia para os capitais norte-americanos, a industrialização havia se tornado um fato concreto e convivia com o início de uma inflação que, nas décadas seguintes, se tornaria o grande desafio a ser vencido por todos os presidentes que chegaram ao poder.

Vargas continuava a ser o grande nome da política brasileira e, apoiado por uma nascente burguesia industrial que ainda dependia do auxílio do Estado nacional, por representantes das oligarquias estaduais, por setores das Forças Armadas e pelas massas urbanas, despontou como candidato natural para suceder Dutra.

Com uma postura de líder democrata, bastante diferente dos tempos em que chefiava arbitrariamente o Estado Novo, Getúlio iniciou sua campanha no começo de 1950. Com base nos interesses dos diferentes segmentos que o apoiaram, defendeu o reforço de uma industrialização nacionalista (compreendida como fundamental para o desenvolvimento nacional e para a definitiva emancipação do país da dependência econômica internacional), realizou grandes comícios nas principais cidades brasileiras e aproximou-se de um grande número de sindicatos espalhados pelo país, defendendo a valorização do trabalhador e a ampliação da legislação e dos direitos trabalhistas.

Mas os tempos eram outros. O capital estrangeiro havia se instalado rapidamente e já controlava setores importantes da economia brasileira. A imprensa não era mais controlada pelo famigerado Departamento de Imprensa e Propaganda, o que quebrava com o esquema de informação controlada do período anterior. Os setores mais conservadores do empresariado nacional não queriam saber da implantação de uma política trabalhista que significasse diminuição de seus lucros.

A montagem do cenário eleitoral ficou assim: a UDN (partido heterogêneo composto por liberais, por grupos ligados ao interesse do capital estrangeiro e por setores de oposição a Vargas) lançou a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes; o PSD (majoritariamente composto por grupos conservadores da sociedade brasileira) lançou o mineiro Cristiano Machado; o PSB (então um partido de pequena tradição na política nacional) lançou João Mangabeira; do PTB saiu candidato Vargas, desde o início do processo, visto como favorito ao pleito. Pedro Dutra Fonseca assim descreveu a eleição de 1950:

Sua candidatura e seus pronunciamentos empolgaram o Brasil durante a campanha, principalmente o eleitorado urbano. O comparecimento às urnas foi maciço e a pequena porcentagem dos votos em branco significou uma derrota para o PCB, cuja direção pregava-o, alegando inexistir distinção entre os candidatos, "todos burgueses". Na eleição de 3 de outubro de 1950, Vargas obteve quase 3.850.000 (48,7% do total); Eduardo Gomes ficou em segundo lugar, com 29,6% e Cristiano Machado, com apenas 21,5%. João Mangabeira recebeu votação inexpressiva. O fraco desempenho de Cristiano Machado atribui-se à divisão entre os políticos e entre o eleitorado do PSD, os quais passaram para o lado de Vargas à medida que a campanha sucessória se desenvolvia. Nesta não se pode ignorar o carisma do candidato e também o fato de ele apresentar-se ao eleitorado como o único deles (ressalvando Mangabeira, cujo partido possuía pouca estrutura ao nível nacional) capaz de canalizar seus anseios: bem ou mal, ele ainda era o

único que algo "fizera" às classes trabalhadoras, como se dizia à época. Vargas venceu em dezoito das vinte e quatro unidades da federação perdendo apenas em Minas Gerais (terra de Cristiano Machado), Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e nos territórios do Acre e do Amapá. Em São Paulo, obteve 64% dos votos dados a candidatos e um quarto de sua votação nacional. Conseguiu expressivas vitórias – com pelo menos 50% de votos acima do segundo colocado – na Bahia, no Rio Grande do Sul, no Distrito Federal e no Paraná. Seu vice, Café Filho, embora eleito, recebeu pouco mais de 2.500.000 de sufrágios, o que de certo modo evidencia o peso do critério "pessoal" na decisão do voto do eleitorado (1.350.000 sufrágios a menos que Vargas).³⁶

Como você deve ter notado, Vargas venceu em praticamente todo território nacional com uma margem considerável de votos sobre o segundo colocado, o respeitável Brigadeiro Eduardo Gomes. Além disso, Getúlio ganhou com folga em São Paulo, estado extremamente influente na política e na economia nacional.

Mas não se engane: ao contrário do período anterior, nesse mandato Getúlio Vargas enfrentou um momento de grande turbulência política, social e econômica. Já de início, a UDN tentou impedir a posse de Vargas alegando que ele não havia obtido maioria absoluta de votos na eleição, solicitação que foi indeferida pelo Supremo Tribunal Eleitoral, uma vez isso não era uma exigência da Constituição vigente. Esse "cartão de visitas" da UDN já expressava o que Getúlio enfrentaria ao longo do mandato que se iniciou no primeiro dia da década de 1950.

No dia 1º de maio de 1951, ao falar aos trabalhadores brasileiros, Getúlio Vargas assim se manifestou:

Preciso de vós, trabalhadores do Brasil, meus amigos, meus companheiros de uma longa jornada; preciso de vós, tanto quanto precisas de mim – preciso que formeis um bloco forte e coeso ao lado do Governo, para que este possa dispor de toda a força de que necessita para resolver os vossos próprios problemas.³⁷

Essa fala de Getúlio expressa bem a linha de ação do governo e aponta para o clima de tensão social e política que o país viveria nos anos seguintes. A opção de Vargas foi a de se aproximar dos grupos nacionalistas, de manter o contato e a perspectiva de protetor das massas, de investir em um Estado intervencionista e protecionista.

Em termos econômicos sua política nacionalista objetivou proteger o capital privado nacional e o capital estatal, monopolizando os setores estratégicos da economia nacional, a indústria de base e os setores energéticos.

Tal política desagradava imensamente o capital internacional e seus representantes brasileiros. Para piorar essa relação, Vargas reduziu a emissão de lucros para o estrangeiro e reservou as áreas não prioritárias, como a indústria de bens de consumo, para as empresas que não eram de origem brasileira.

Getúlio reservou ao Estado brasileiro o direito de investir em infraestrutura, expandindo a Companhia Siderúrgica Nacional, criando hidrelétricas, ampliando e estradas de rodagem e ferrovias e melhorando a estrutura portuária no país. O grande problema é que, em função do potencial lucrativo, essas ações eram desejadas pelos representantes do capital estrangeiro sediado no Brasil.

A campanha pela nacionalização do petróleo e a criação da Petrobrás, em 1953, estatizando e monopolizando a exploração desse produto, correspondeu a mais um

³⁶ FONSECA, P. C. D. Vargas: O capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1989, pp. 352-353.

³⁷ VARGAS, G.. Discurso no Estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em 1º de maio de 1951. In: Ensaios de Opinião. Rio de Janeiro: Inúbia, 1975, p. 21.

duro golpe contra as empresas estrangeiras e acirrou ainda mais os ânimos entre os setores getulistas e os grupos que faziam oposição à política econômica levada adiante pelo presidente Vargas.

Enquanto setores progressistas da burguesia nacional, grupos nacionalistas das Forças Armadas e do Congresso Nacional, sindicatos de trabalhadores e o emergente movimento estudantil (a UNE havia sido criado em 1937 e expandido bastante sua ação política desde então) apoiavam incondicionalmente Vargas e suas medidas nacionalistas – compreendidas como de interesse da maior parte da população brasileira –, os setores conservadores da sociedade e da política brasileira se organizavam para retirar o presidente do poder antes mesmo do final do mandato para o qual ele havia sido democraticamente eleito. A alternativa de um golpe ganhou força a partir de 1953 e logo começou a ser tratada abertamente no seio da sociedade civil e dentro das Forças Armadas, prenunciando o desfecho a que o país assistiria em 31 de março de 1964.

O contexto 1953-1954 foi marcado por uma crise política produzida, portanto, por essa polarização na sociedade brasileira entre os grupos nacionalistas e aqueles ligados à ideia da abertura econômica e ao interesse do capital internacional.

Pensando em diminuir as tensões, ainda em 1953, Vargas ampliou tanto as importações de produtos como a entrada e saída de capitais do país. Porém tal medida surtiu efeito reduzido, uma vez que não significou a quebra do monopólio dos setores estratégicos controlados pelo Estado e que era o que, efetivamente, interessava aos investidores internacionais.

Para piorar a situação, os trabalhadores – aliados estratégicos do governo – começaram a pressionar Vargas pedindo aumento salarial e contenção da inflação. Em março de 1953, 300 mil operários entraram em greve em São Paulo, o que causou alvoroço entre o empresariado e os grupos financeiros estabelecidos no país.

No início de 1954, o ministro do Trabalho, João Goulart – afiliado político de Vargas e compreendido pela oposição como uma espécie de representante do sindicalismo no governo – concedeu um aumento de 100% no valor do salário mínimo. Como resultado, além da eclosão de uma forte onda contrária por parte dos setores da oposição e até de figuras ligadas ao próprio governo, Jango (como era conhecido Goulart) renunciou ao cargo, e Vargas teve que assumir o incômodo papel de suspender o aumento, gerando protestos de trabalhadores em todo o país.

Nesse momento, a tensão não parava de crescer, e Getúlio ficava em uma situação cada vez mais delicada. Temendo perder o apoio dos trabalhadores, compreendido como essencial para que ele pudesse se manter no poder, Vargas voltou atrás e, no dia 1º de maio de 1954, concedeu o reajuste no salário mínimo.

Esse episódio pode ser compreendido como o início da crise derradeira que isolaria politicamente o presidente e levaria ao final do seu governo poucos meses depois. No espaço de tempo que vai do dia 1º de maio até o suicídio de Getúlio em 24 de agosto, os órgãos de imprensa que estavam ligados aos opositores de Vargas torpedearam incessantemente o governo e, em especial, a figura do presidente da República.

Jornais tradicionais, como O Globo, O Estado de São Paulo e A Tribuna da Imprensa, passaram a acusar Vargas de querer implantar uma "República sindicalista" no Brasil. Em plena Guerra Fria, tal acusação causava um tremendo desconforto e provocava arrepios nos "caçadores de comunistas" de plantão.

Você sabe quem foi Carlos Lacerda? Ele teve um papel determinante nos episódios que envolvem o final do governo e a morte de Getúlio Vargas em 1954. O "destruidor de presidentes" ou o "corvo" (apelidos pelos quais ficou conhecido em razão de sua ação política devastadora) nasceu no Rio de Janeiro em 1914 e teve uma

trajetória bastante incomum. No início de sua militância política, enquanto era estudante de direito, Lacerda participou da Juventude Comunista e integrou a Aliança Nacional Libertadora, organização fundada no Brasil da década de 1930 com a configuração de uma frente popular voltada para mobilizar as massas contra o integralismo de Plínio Salgado e contra o capitalismo internacional. Porém, a partir da década de 1940, Carlos Lacerda rompeu com seus antigos princípios. Tornou-se um conservador radical, combateu o nacionalismo varguista, fez oposição aos movimentos sociais populares e, em 1964, apoiou com veemência o golpe militar até ser preso pelos dirigentes do regime, acusado, ironicamente, de subversão.

Advogado de formação, tornou-se jornalista na prática das redações. Inicialmente trabalhou no Diário de Notícias e, em 1949, fundou o seu próprio jornal – A Tribuna da Imprensa – o qual usou como uma poderosa arma política por cerca de duas décadas. Durante o último governo Vargas, Lacerda ocupou o papel de seu principal crítico na imprensa, apontando falhas e denunciando a corrupção no governo e, a partir de 1953, defendendo abertamente a substituição de Getúlio por qualquer via. Em 1953 fundou o Clube da Lanterna, núcleo político que congregou diversos políticos (sobretudo da UDN) e que tinha como função combater sistematicamente o governo Vargas.

SEÇÃO 5

Agosto

Nos últimos anos, o diálogo entre a literatura e a história tem sido cada vez mais intenso e produtivo. Entre os estudiosos brasileiros, cada vez mais os trabalhos produzidos pelos autores da nossa literatura – como Aluísio de Azevedo, Lima Barreto, Euclides da Cunha, só para citar os clássicos – têm sido utilizados para a produção de novas reflexões sobre a história do Brasil e de sua gente.

Mais recentemente, Rubem Fonseca publicou um instigante romance histórico chamado simplesmente de "Agosto" (1990); esse literato mineiro trata do nefasto mês que teve como principal acontecimento para a história nacional o suicídio de Getúlio Vargas. Sucesso de vendas, essa obra, apesar de não ter nenhum compromisso com uma abordagem histórica propriamente, cumpriu um importante papel no sentido de popularizar esse importante episódio de nossa história recente e, ao mesmo tempo, fez com que muitas pessoas buscassem junto aos trabalhos produzidos por historiadores uma maior compreensão sobre o fato.

Em um dos trechos mais densos de seu livro, Fonseca assim narrou um acontecimento decisivo para o desfecho da morte de Getúlio, o atentado da Rua Tonelero:

No hospital Miguel Couto, depois de receber curativos no pé esquerdo devido ao ferimento que sofrera no atentado, Carlos Lacerda foi transportado para seu apartamento na rua Tonelero, 180. Em pouco tempo o jornalista estava cercado por pessoas que haviam ido lhe apresentar solidariedade, entre elas o bispo auxiliar do Rio de Janeiro, D. José Távora, o ex-presidente marechal Eurico Gaspar Dutra e dezenas de oficiais da FAB.

"Responsabilizo o presidente da República pelo atentado", disse Lacerda aos oficiais da Aeronáutica que o ouviam em silêncio. "Foi a impunidade do governo que armou o braço criminoso".³⁸

³⁸ FONSECA, R. Agosto. Rio de Janeiro: Agir, 1990, p. 56.

Esse episódio contado de forma romanceada por Rubem Fonseca ocorreu no dia 5 de agosto de 1954 e teve como objetivo assassinar Carlos Lacerda. Tramado por Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas (sem o conhecimento ou aquiescência deste), o atentado deveria calar a voz mais feroz da oposição ao regime, porém seu resultado foi o oposto do esperado por Fortunato.

Homem de confiança de Getúlio, o "anjo negro", como era conhecido, vendo, a cada dia, o presidente perder apoio e se isolar politicamente, decidiu agir por conta própria e ordenou a um pistoleiro que assassinasse aquele que ele, Fortunato, compreendia ser o grande responsável por aquele estado de coisas.

Escapava da compreensão do fiel segurança que a situação era bem mais delicada. Mesmo que tivesse obtido sucesso em seu plano de eliminar o cabeça da oposição, certamente Fortunato não veria as nuvens que pairavam sobre o Palácio de Catete se dissiparem como que por encanto, uma vez que a luta política e social parecia levar a uma situação extrema irreversível.

Para piorar a situação, Lacerda sobreviveu ao atentado. A morte de Rubens Vaz, um major da aeronáutica que acompanhava o jornalista no momento do crime, fez com que o "corvo" destilasse todo o seu veneno contra Vargas e contra o governo dirigido por ele, levando autoridades, lideranças políticas e boa parte da opinião pública atribuir a Getúlio a responsabilidade sobre o acontecimento, complicando ainda mais a situação do presidente.

Os dias seguintes foram tensos, com a investigação policial levando Gregório Fortunato à prisão e fazendo Getúlio Vargas afirmar publicamente que estava envolto em um "mar de lama". Dia a dia o presidente foi perdendo apoio, foi se isolando e se fragilizando politicamente, até que em 22 de agosto os oficiais da Aeronáutica divulgaram um manifesto no qual exigiam o afastamento de Getúlio da presidência da República.

Na noite do dia 23 de agosto, pressionado por seus opositores e orientado por seus últimos aliados, Getúlio Vargas, após dizer que não deixaria o Catete vivo, chegou a aceitar a ideia da renúncia sem, contudo, oficializá-la. Os militares já imaginavam que a saída de Vargas abriria uma disputa pelo poder e que as Forças Armadas deveriam assumir a presidência. Prevalcia entre os militares a velha ideia da salvação nacional que havia tomado corpo com o tenentismo da década de 1920 e que reapareceria fortemente no golpe militar de 1964.

Porém, em seu último ato, Getúlio Vargas surpreendeu a todos que esperavam uma saída consensual do político gaúcho. No amanhecer do dia 24 de agosto, após receber um ultimato dos militares, o qual veio assinado, inclusive, por Zenóbio da Costa, seu ministro do Exército, o presidente trancou-se em seu quarto e atirou contra o próprio peito.

Mais do que a morte pessoal de Vargas, esse acontecimento correspondeu ao final de um período singular da história política brasileira, no qual Getúlio foi a peça central para o desenvolvimento social e econômico do país.

A comoção tomou conta da população assim que os rádios começaram a noticiar o suicídio, e a reação não tardou: a começar pela sede da A Tribuna da Imprensa, jornal de Carlos Lacerda, todos os órgãos de comunicação que fizeram oposição e atacaram Vargas foram depredados pela população chocada e furiosa com a perda do "condutor nacional". O tiro no coração converteu instantaneamente Getúlio de acusado a vítima. A Carta Testamento, deixada por ele e lida incessantemente nas rádios, ampliou ainda mais a sensação de perda do povo brasileiro. Era como se o "pai do povo" tivesse aberto mão da vida para proteger os seus filhos espalhados por todo país.

O Exército, que estava de prontidão para tomar o poder, reavaliou a situação. A reação popular parecia grande demais para ser contida. A morte de Vargas teve

como efeito concreto adiar por uma década o golpe militar que acabaria, infelizmente, ocorrendo em 1964.

A grande questão que emergia naquele fim de agosto de 1954 era: qual Brasil surgiria agora, após a morte de Getúlio Vargas? A resposta você verá no próximo livro desta disciplina!



Síntese

Nesta unidade, que encerra o livro, tratamos do Brasil pós-Vargas. Nossa proposta foi a de refletir principalmente sobre o que significou no imaginário coletivo brasileiro a perda da principal figura política até então associada a nossa história republicana.

Na primeira parte da unidade abordamos o final do Estado Novo e o novo alinhamento do Brasil na ordem política continental. Além disso, ainda refletimos sobre a retomada das práticas democráticas após os anos de repressão e controle vividos entre 1937 e 1945.

Esperamos que você tenha compreendido que o suicídio de Vargas não deve ser visto como um ato pessoal e sim como um ato político de extrema relevância, capaz de retardar em uma década a tomada de poder pelos militares.



Atividades

1) Releia atentamente a Carta Testamento escrita por Getúlio Vargas. Em seguida, elabore uma síntese ressaltando os elementos centrais que estão contidos nesse documento histórico.

2) Com base no texto da apostila e também de outras referências bibliográficas que tratam desse tema, responda: por que é possível afirmar que o suicídio de Vargas pode ser compreendido como um acontecimento político e não como um simples ato pessoal?

3) É possível afirmar que o Vargas do Estado Novo é bastante diferente daquele Vargas que chegou democraticamente a presidência da República em 1951, por meio do voto direto. Com base no que você estudou até aqui, como é possível interpretar tal mudança no comportamento político de Getúlio?

PALAVRAS FINAIS

Que bom que chegamos ao final de mais esta disciplina. Esperamos, sinceramente, que você tenha aprofundado os conhecimentos que já possuía e também descoberto coisas novas a respeito da história recente do nosso país.

O que tentamos fazer ao longo de todo o texto deste livro foi ordenar os acontecimentos que consideramos mais relevantes ocorridos nas duas primeiras fases da República brasileira: a chamada República Velha e a Era Vargas, estendendo o olhar para a fase da volta de Getúlio Vargas ao poder no começo da década de 1950.

Para percorrer esses períodos nos valem de vários historiadores, literatos, sociólogos, músicos etc., os quais, por meio de textos, canções, análises ou poemas, produziram informações preciosas para todos nós que queremos conhecer um pouco mais do nosso país, da nossa gente e, conseqüentemente, da nossa própria história.

Reforçamos a ideia de que tudo o que você viu até aqui deve ser compreendido, apenas, como um ponto de partida. Para uma melhor compreensão de tudo o que foi debatido é necessário mais uma boa dose de esforço pessoal, pois temas e objetos históricos não se extinguem ou se reduzem a uma única versão! Aproveite as sugestões disponíveis neste livro, ouça as orientações dos seus professores e amplie seus conhecimentos!

Até o próximo volume!

Filmes

Filmes	Diretor	Tema
Aleluia Gretchen (1976)	Sylvio Back	Integralismo e nacionalismo
Baile Perfumado (1997)	Paulo Caldas & Lírio Ferreira	Era Vargas, cangaço, Estado Novo
Cinema, Aspirinas e Urubus (2005)	Marcelo Gomes	Era Vargas, II Guerra Mundial, Comunicação de massas
Deus e o Diabo na Terra do Sol (1964)	Glauber Rocha	Coronelismo, relações de poder, latifúndio
For All – O Trampolim da Vitória (1997)	Luiz Carlos Lacerda e Buza Ferraz	II Guerra Mundial, nacionalismo
Guerra de Canudos (1997)	Sérgio Rezende	Religiosidade popular, implantação da República
Jango (1984)	Silvio Tendler	Golpe militar de 1964
Madame Satã (2002)	Karim Ainouz	Cultura popular, morro carioca
Memórias do Cárcere (1984)	Nelson Pereira dos Santos	Era Vargas, Estado Novo
Noel - Poeta da Vila (2006)	Ricardo Van Steen	Cultura popular, música brasileira
O País dos Tenentes (1985)	João Batista de Andrade	República Velha, Tenentismo
Olga (2004)	Jayme Monjardim	Era Vargas, Intentona Comunista
Pátria Redimida (1930)	João Baptist Groff	Revolução de 1930
Rio 40 Graus (1955)	Nelson Pereira dos Santos	Cultura popular, morro carioca
Rio Zona Norte (1957)	Nelson Pereira dos Santos	Cultura popular, morro carioca
Tempos de Paz (2009)	Daniel Filho	Era Vargas, Estado Novo

Sites e Revistas Virtuais

Acervos e arquivos históricos do Brasil República

www.polivocidade.wordpress.com

Revista Eletrônica de História do Brasil – UFRJ

www.rehb.ufjr.br

Revista de História e Estudos Culturais

www.revistafenix.pro.br

Revista História Hoje

www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/

Revista História Viva

www.uol.com.br/historiaviva

Revista Klepsidra

www.klepsidra.net/novaklepsidra.html

Temas brasileiros

www.dc.mre.gov.br

Acervo de imagens sobre a República

www.brasil.gov.br/.../acervos-e-arquivos-historicos

Museu da MPB

<http://www.philarmoniabrasileira.com.br/telas/museu-da-mpb.php>

Filmes Nacionais

www.acervonacional.blogspot.com

www.cinemabrasil.org.br

www.cinematca.gov.br

Livros sobre História do Brasil

<http://www.esnips.com/web/ViciadosHistoria/>

Textos/temas sobre História do Brasil

www.culturabrasil.pro.br/historiabras

Era Vargas/Brasil Contemporâneo – CPDOC-FGV

www.cpdoc.fgv.br

História do Brasil

www.brasilecola.com/historiab/

História do Brasil – Centro de Informações Multirio

www.multirio.rj.gov/historia/

A Revolução de 30: Seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, setembro de 1980. Brasília: Ed. UnB, 1983.

ALENCAR, Francisco; CARPI, Lucia; RIBEIRO, Marcus Venício. **História da Sociedade Brasileira.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A Vocação do Prazer.** A Cidade e a Família no Rio de Janeiro Republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

AZEVEDO AMARAL, Antonio José de. **O Brasil na Crise Atual.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1934.

BARRETO, Vicente (Org.). **Evolução do Pensamento Político Brasileiro.** Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Ed. USP, 1989.

BORGES, Vavy Pacheco. **Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas.** O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

_____. **Os Bestializados.** O Rio de Janeiro e a República Que Não Foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

_____. **Pontos e Bordados.** Escritos de História e Política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial.** São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

_____. **Trabalho, Lar e Botequim: O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque.** Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

COMPARATO, Fábio Konder. **Educação, Estado e Poder.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões: Campanha de Canudos.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

DE DECCA, Edgar. **O Silêncio dos Vencidos.** Memória, História e Revolução. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DÓRIA, Carlos Alberto. **Cultura, Brasil e Estado Novo.** Disponível em <<http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/2390,1.shl>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira.** O Brasil Republicano. V. 1, 2, 3, 4. São Paulo: Difel, 1977.

_____. **A Revolução de 1930:** Historiografia e História. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. **História do Brasil.** São Paulo: Ed. USP, 1996.

_____. Pequenos Ensaios de História da República (1889-1945). IN: **Cadernos Cebrap – N° 10.** São Paulo: Edições Cebrap, 1974.

_____. **O Pensamento Nacionalista Autoritário.** 1920-1940. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). **O Brasil Republicano.** O tempo do Liberalismo Excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: O Capitalismo em Construção.** 1906-1954. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FONSECA, Rubem. **Agosto.** Rio de Janeiro: Agir, 1990.

FOOT HARDMAN, Francisco; LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil.** Das Origens aos Anos 20. São Paulo: Ática, 1982.

HANSEN, Patrícia. **Feições e Fisionomias.** A história do Brasil de João Ribeiro. Rio de Janeiro: Access, 2000.

HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **A Invenção do Brasil Moderno.** Medicina, Educação e Engenharia nos Anos 20 e 30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos.** O Breve Século XX 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

KOWARICK, Lucio. **Trabalho e Vadiagem.** A Origem do Trabalho Livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LAVALLE, Aída Mansani. **Germânia-Guaira:** Um século de Sociedade na Memória de Ponta Grossa. Ponta Grossa: Centro de Publicações, 1996.

LENHARO, Alcir. **A Sacralização da Política.** Campinas: Papyrus, 1986.

LEVINE, Robert. **Pai dos Pobres?** O Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado.** A Formação e a Atuação das Chefias Caboclas (1912-1916). Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

MOBY, Alberto. **Sinal Fechado.** A Música Popular Brasileira Sob Censura. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1994.

PALDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

PARANHOS, Adalberto. Antídoto Para a Luta de Classes. **Revista História Viva.** São Paulo: Duetto, Ago. 2005.

RIBEIRO, Darcy. **Aos Trancos e Barrancos**. Como o Brasil Deu No Que Deu. Rio de Janeiro: Guanabara, 1985.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Viva o Povo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SANDERS, Noé Freire. **O Passado Como Negócio: O tempo Revolucionário (1930)**. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862009000100007&script=sci_arttext>. Acesso em 07 out. 2010.

SANTA ROSA, Virgílio de. **O Sentido do Tenentismo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. República: Da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

_____. **Literatura Como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

_____. **Orfeu Extático na Metrópole. São Paulo Sociedade e Cultura nos Frementes anos 20**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Do Tenentismo ao Estado Novo**. Memórias de um Soldado. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

TELLAROLLI, Rodolfo. **Eleições e Fraudes Eleitorais na República Velha**. São Paulo: Brasiliense. Coleção Tudo é História, 1983.

TRONCA, Ítalo. **A Revolução de 1930: A Dominação Oculta**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A Teia do Fato**. São Paulo: Hucitec, 1997.

VILLA, Marco Antonio. **Canudos**. O Povo da Terra. São Paulo: Ática, 1996.

WEFFORT, Francisco. **Formação do Pensamento Político Brasileiro**. São Paulo: Ática, 2006.

MARION REGINA STREMEL

Graduada em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, é Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – Campus de Guarapuava. É professora do Departamento de História da UNIOESTE desde 2001, onde trabalha com questões relacionadas a religiosidade, cultura popular e ensino de História.

NILTONCI BATISTA CHAVES

Graduado em História e Especialista em Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, é Mestre em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita filho – Campus de Assis – e Doutor em Educação – Linha História e Historiografia – pela Universidade Federal do Paraná. É professor do Departamento de História da UEPG desde 1988, onde trabalha com disciplinas relacionadas à História do Brasil, em especial sobre o período Republicano. Foi Coordenador de Curso e Chefe de Departamento e atualmente coordena o Curso de Pós-Graduação em História, Arte e Cultura, Modalidade a distância UAB/UEPG. É autor de diversos livros sobre Ponta Grossa e Campos Gerais do Paraná. É organizador das séries "Visões de Ponta Grossa", "Medicina em Ponta Grossa" e "Imigrantes: História da Imigração Holandesa na Região dos Campos Gerais". Semanalmente assina a coluna Fragmentos no Jornal da Manhã, de Ponta Grossa.